

**UNIVERSIDADE, ETNOMAPEAMENTO E GEOPROCESSAMENTO: A
EXPERIÊNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA AO QUILOMBO
RIO DOS MACACOS (BA)**

Leonardo de Souza Polli¹

RESUMO

O presente artigo ilustra a experiência do autor durante a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada à Habitação de Interesse Social e Direito a Cidade, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA). Nesse trabalho realizado juntamente com uma equipe multidisciplinar, o objeto de pesquisa fora a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, localizada na Região Metropolitana de Salvador, no município de Simões Filho na Bahia. O território escolhido para tal intervenção registra um intenso conflito fundiário, onde 67 famílias quilombolas disputam há anos um território de 301 hectares contra um setor extremamente antagônico a eles, a Marinha do Brasil. Diante da necessidade de fortalecer tecnicamente uma comunidade quilombola em seu processo de resistência territorial e cultural, fora desenvolvido em 2013, o plano de “Diretrizes Territoriais Preliminares para o Quilombo Rio dos Macacos (BA)”, entregue à comunidade em dezembro de 2014. Esse artigo não pretende apresentar o projeto desenvolvido em si, mas relatar a metodologia e a técnica utilizada para a construção do mesmo, bem como apresentar uma importante reflexão acerca do papel social e decisivo cumprido pela assistência técnica universitária.

Palavras-chave: Quilombo. Assistência Técnica. Etnomapeamento. Geoprocessamento.

INTRODUÇÃO

Apesar dos inegáveis avanços na política e legislação brasileira voltada aos quilombolas, o processo de regularização fundiária, e posterior titulação dessas terras a favor dessas comunidades, não acontecem, geralmente, de maneira pacífica. Isso se dá pelo fato de que esses processos necessariamente geram um conflito entre esse grupo social e setores que

¹ Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Habitação de Interesse Social e Direito a Cidade pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA), Mestrando Acadêmico (PPGAU/UFBA), e Mestrando Profissional em Planejamento Territorial na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: lspolli@hotmail.com [autor]

são historicamente respaldados pela legislação brasileira no que diz respeito ao direito à propriedade e a concentração de terras, principalmente no meio rural brasileiro.

Para além da existência de conflitos entre quilombolas e proprietários de terras, existem casos em que o processo de titulação em favor desse patrimônio imaterial da sociedade, contraditoriamente, se enfrenta com os próprios interesses públicos de algumas entidades municipais, estaduais e federais. Os casos das comunidades quilombolas localizadas em áreas da União destinadas ao funcionamento e desenvolvimento dos setores militares são um exemplo dessa contradição, como é o caso do objeto de estudo do trabalho aqui descrito, o Quilombo Rio dos Macacos, localizado em uma área legalmente pertencente à Marinha do Brasil. Situações como essa demonstram que o atual procedimento de reconhecimento e titulação de terras quilombolas pode ser percebido como um processo social e dinâmico, que articula uma diversidade de tensões e conflitos, com diferentes agentes, situações e cenários.

Diante dessa conflitante conjuntura, órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, assim como representações políticas e jurídicas dos grupos envolvidos estão, dia após dia, impetrando recursos e processos na tentativa de garantir o direito territorial que lhes cabem ou que defendem – independentemente da razão e das necessidades que os movem –. Todavia, apesar das diversas tentativas observadas, fica cada vez mais evidente a necessidade de novos setores da sociedade se somarem, de maneira autônoma, a essa situação, na tentativa de dirimir os conflitos e apresentar soluções alheias aos embates.

Nesse sentido, a Universidade e seu grupo de professores e estudantes pesquisadores e envolvidos com projetos de especialização e extensão universitária podem vir a cumprir, cada vez mais, um papel decisivo para o desfecho de diversos conflitos fundiários existentes, seja realizando estudos territoriais e sociais, seja organizando um conjunto de teorias, metodologias e técnicas inerentes a esse contexto.

Esse artigo apresenta uma experiência concreta desse papel que a Universidade Pública vem cumprindo, de resgatar o seu caráter social, e “devolver” à sociedade uma contribuição decisiva nos processos políticos, econômicos, sociais e territoriais que a mesma está inserida.

Respaldado por uma grande revisão teórica e legal sobre o tema, e utilizando o etnomapeamento enquanto método, e o geoprocessamento enquanto técnica, o autor desse projeto desenvolveu um “Plano de Diretrizes Territoriais Preliminares para o Quilombo Rio dos Macacos”, que refletiu a assistência técnica prestada à comunidade enquanto estudante de pós-graduação lato sensu da Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) – com ênfase em Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade – do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA).

Cabe em princípio registrar que esse artigo não pretende apresentar o projeto desenvolvido em si, mas relatar a metodologia e a técnica utilizada para a construção do mesmo, bem como apresentar uma importante reflexão acerca do papel social cumprido pela Universidade Pública, através da RAU+E, e da necessidade de resgatar os princípios profissionais que mesclam uma intervenção técnica e autônoma com a capacidade sensível e crítica de compreender os diferentes grupos, agentes e atores que compõem a estrutura social tão injusta e desigual do país.

DESENVOLVIMENTO

Antes de evoluir no tema central – o relato sobre a experiência acadêmica –, faz-se necessário esclarecer os parâmetros da discussão apresentada por esse artigo.

A universidade cumprindo seu papel social e formando equipes multidisciplinares para a intervenção

Em 2013 iniciou-se, na Universidade Federal da Bahia, através do PPGAU/UFBA a Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Neste inovador projeto, a atuação se dá por meio do curso de pós-graduação lato sensu para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, gratuito, voltado para capacitação profissional e cidadã, em parceria com instituições de interesse público e movimentos sociais atuantes nessa área, ampliando, assim, a inserção e o caráter social da universidade pública.

Essa proposta pioneira é pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica

pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. Na turma inaugural, cerca de 20 residentes – profissionais de diversas áreas –, tiveram como perspectiva a elaboração participativa de projetos inovadores de interesse social, com vistas a ampliar o acesso a recursos públicos na promoção de melhor qualidade de moradia, atividades sociais e fortalecimento comunitário.

Além de entregar ao final de dezoito meses um produto de assistência técnica, como premissa, cada projeto tinha que ser doado à comunidade junto com um Termo de Referência, que determinava as diretrizes orçamentárias e executivas dos projetos.

Sem sombra de dúvidas, uma face da Residência Técnica é que a mesma resgata a tradição decisiva do papel da Universidade junto à sociedade, formando profissionais para intervir diretamente em situações conflituosas e problemáticas, auxiliando e empoderando técnico de grupos sociais que, em grande parte, seguem marginalizados em relação à promoção de políticas públicas oficiais. Outra face da Residência é que a mesma demonstra ao poder público a necessidade de rever o modo que o mesmo vem operando, geralmente sem envolvimento comunitário ou, quando existente, realizado de maneira meramente formal. Para além disso, a formação de profissionais capazes de desenvolver e/ou utilizarem metodologias e técnicas que coloquem a comunidade no centro das decisões e deliberações de seu projeto, bem como a capacitação para atuar e desenvolver equipes multidisciplinares de intervenção é o grande triunfo dessa Residência Técnica.

Nesse sentido, no momento em que eram definidas as áreas de intervenção e a formação de equipes, a esperança comum em um mundo justo e igualitário, que seja construído com os movimentos sociais e populares uniu os três membros que construíram juntos essa intervenção técnica. A equipe de intervenção foi então composta por uma Arquiteta, que desenvolveu ao final um projeto arquitetônico para o Centro Comunitário, pelo Urbanista Leonardo Polli, que descreve essa experiência nesse artigo e desenvolveu ao final um Plano de Diretrizes Territoriais Preliminares, e por uma Geógrafa que, ao final da Residência, entregou à comunidade um Plano Preliminar de Produção e Cultivo. Todos os projetos foram desenvolvidos entre 2013 e 2014 e apresentados na Universidade – todos recebendo nota máxima – e doados à comunidade em dezembro de 2014. O fato dessa equipe de trabalho ter sido formada por profissionais de campos variados de formação e

conhecimento demonstrou ser fundamental para a realização do processo de intervenção técnica.

A Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos (BA) e o conflito fundiário

De um lado, uma comunidade pertencente ao grupo dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, o Quilombo Rio dos Macacos e, do outro, a Marinha do Brasil, “braço armado da nação”. Esse antagonismo demonstra que o processo de titulação e regularização fundiária de terras quilombolas envolvem inúmeras situações conflitantes, justamente por contrapor os interesses dessas comunidades com o dos mais diversos setores, a exemplo de fazendeiros, latifundiários, posseiros e, inclusive, setores das três esferas de governo, como as forças militares do país, como já mencionado.

Apesar da neutralidade na avaliação técnica, não tem como fugir da realidade e omitir o fato de que os projetos desenvolvidos pela equipe, incluindo o do autor desse artigo, serviram essencialmente para fortalecer uma comunidade que ficou, em grande medida, a margem de programas oficiais de assistência social e econômica, para além do fato de registrar, em seu histórico de luta pela terra, inúmeros casos de opressão, repressão e violação de diversos direitos humanos promovidos pela Marinha.

Nesse sentido, reforça-se que a comunidade escolhida foi a do Quilombo Rio dos Macacos, localizado no município de Simões Filho - Bahia. O local onde esse quilombo historicamente se formou, em meados do século XX, segundo o laudo antropológico presente no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade (RTID) realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é uma área de antigas fazendas e usinas de açúcar que faliram e foram legalmente tombada, ainda na década de 1950, pela União Federal a partir de repasses de terras municipais. Desde a década de 1960, o território vem sendo administrada pela Marinha do Brasil, que constrói equipamentos e desenvolve atividades desde a década de 1960, destacando-se a construção da Vila Militar a partir da década de 1970², e da Barragem Naval, construída também no mesmo período. (INCRA, 2012)

² Todas essas informações estão presentes nos laudos antropológicos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade, confeccionado pelo INCRA em 2012, e publicado em 2014.

Durante toda a segunda metade do século XX, não foram poucos os desumanos atos cometido pela Marinha do Brasil, e por seu corpo de “funcionários”. Esses atos são desde a destruição de casas, roças e terreiros, até a perseguição, expulsão, linchamento e a ameaça aos quilombolas, principalmente às lideranças comunitárias (IDEM). Os casos presentes no relatório antropológico demonstram, e muito, o antagonismo entre os setores e os interesses presentes nesse território, sendo um grande prenúncio negativo para a resolução dos problemas referentes à regularização fundiária no local.

Todavia, não obstante a todos os casos perpetrados pela Marinha, a mesma em 2009 vem, através de ações reivindicatórias, requerendo a desocupação dos quilombolas da área militar situada no entorno da Base Naval e da Vila Militar de Aratu. A partir das ações de desocupação movidas pela Marinha, à comunidade iniciou um processo de mobilização pela permanência no território, e, em paralelo, entrou com um pedido de titulação da área a favor dos quilombolas. Com essas mobilizações, e através de estudos antropológicos, a comunidade obteve a certificação de autorreconhecimento quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares em outubro de 2011.

No momento posterior, o INCRA iniciou a confecção do RTID da comunidade, concluindo-o em 2012, e caracterizando que “a comunidade é um quilombo, tendo hoje 67 famílias reconhecidas enquanto remanescentes hereditários de ex-escravos que ali se concentraram há quase cem anos, em antigas fazendas e usinas de açúcar” (INCRA, 2012). Em agosto de 2014, o INCRA publicou no Diário Oficial da União esse relatório, o que certamente representou um avanço para a comunidade, já que garante a sua permanência no local. Cabe destacar que a disputa territorial da comunidade segue em curso, principalmente em relação ao quantitativo de terras que serão destinadas a regularização fundiária a favor dos quilombolas.

Todavia, independentemente da quantidade territorial a ser demarcado, o fato unissonante é o de que a publicação do RTID torna legítimo o direito de a comunidade quilombola permanecer no território, e ali poder estabelecer as bases de seu futuro, sem perder de vista suas características e costumes próprios. Por conta desse elemento, o autor desse artigo desenvolveu, juntamente com a comunidade, um Plano de Diretrizes Territoriais Preliminares, que refletisse os usos e atividades atuais, e que apresentasse um plano de

possibilidades para a preservação territorial e cultural da comunidade e o desenvolvimento econômico e social dos quilombolas e de seu território.

REFLEXÃO CONCEITUAL: O PRIMEIRO PASSO

A questão quilombola no Brasil

O primeiro passo no trabalho envolvendo grupos étnicos específicos, como os pertencentes aos povos e comunidades tradicionais brasileiras, é aprofundar o estudo teórico e a legislação pertinente a essa população. Nesse sentido, entende-se por comunidades quilombolas os grupos étnicos formados não só por escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro – que teve fim com a lei de alforria de 13 de maio de 1888 –, mas também por aqueles que, agora ex-escravos, se viram obrigados a formar novos espaços como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade.

Ou seja, independentemente do período de formação, os quilombos figuram na história como sendo as unidades básicas de resistência da população negra, estando organizados em inúmeras formas. O território quilombola está diretamente associado à sobrevivência comunitária e cultural de uma população, e pode ser, por tanto, considerado como lugar onde foram e seguem sendo produzidas “novas ordens de vida, organização social e formas de portar-se, sentir-se e situar-se no mundo” (NASCIMENTO, 2007, p.116). Acrescenta-se ainda que seja nesse território que os habitantes enfatizam a sua condição de coletividade, definidas pelo compartilhamento de um espaço e de uma identidade comum.

Contudo, apesar de ser longa e secular a trajetória de luta e resistência dos quilombolas – territorial e identitária –, a conquista de marcos jurídicos afetos a eles só surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, por meio de dispositivos que reconhecia a importância desses para o processo de conformação histórica e cultural da sociedade brasileira³. No ano seguinte a promulgação da Constituição, os quilombolas obtiveram a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estabelecimento do critério de auto atribuição enquanto grupo étnico.

³ Artigos nº 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Embora a Carta Magna já conceituasse enquanto patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos formadores da sociedade, foi a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁴ que os remanescentes das comunidades quilombolas passaram a ter o direito à propriedade definitiva dos territórios que ocupavam. Dessa forma, instituições e órgãos das três esferas de governo passaram a planejar, organizar e definir políticas, planos e programas sociais voltados a reconhecer e titular terras, auxiliar no desenvolvimento econômico e social das comunidades, e, também, preservar a cultura patrimonial quilombola. Porém, com certo atraso, esse “plano de ações” só veio a ser efetivado a partir do início da década de 2000, a exemplo do Programa Brasil Quilombola⁵ (PBQ) e o Decreto n° 4.887⁶, ambos estabelecidos em 2003.

Enfim, se o território é, para os quilombolas, elemento condicionante para a subsistência e a manutenção de seus laços culturais e tradicionais, a sua titulação e posterior posse definitiva é a garantia de que essa comunidade poderá buscar meios de seguir preservando sua cultura e o meio ambiente em que vive e (re)produz. Além de preservar o território, a posse definitiva do mesmo também permite a uma comunidade a possibilidade de planejar suas atividades sociais e produtivas, garantindo, também, o atendimento permanente do Estado em relação às necessidades sociais e econômicas, fundamentais para uma população historicamente marginalizada e segregada. Os quilombolas, ao conquistarem a posse definitiva da terra, superam legalmente a fase de resistência territorial, e começam a pensar formas e meios de garantir a preservação dos recursos naturais e da cultura étnica, a gestão de um espaço coletivo tombado pela União, e o planejamento do desenvolvimento econômico e social da população. Para tais desafios, o conhecimento do território é fundamental, já que o mesmo está diretamente ligado às possibilidades de preservação e planejamento, ou seja, o trabalho desenvolvido reafirmou a ideia de que quanto mais se conhece, mais se preserva e planeja um espaço.

⁴ Artigo n° 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁵ O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi instituído a partir de 2003, e reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Desde sua fundação, o programa é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e agrega outros 23 órgãos da administração pública federal.

⁶ Decreto Federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que trata o já mencionado artigo n° 68 do ADCT.

Diante disso que se chegou ao problema de todo o trabalho desenvolvido, que consistia em responder a seguinte pergunta: como representar o espaço territorial quilombola visando auxiliar uma comunidade no processo de preservação e planejamento do mesmo? É evidente que para desenvolver a resposta científica para essa questão, foi necessário analisar o amplo arcabouço técnico e conceitual que fora desenvolvido em outras áreas de concentração.

O etnomapeamento como método, o geoprocessamento como técnica

Destaca-se que concomitantemente com todo o processo recente de avanços em relação à legislação, a política e aos programas destinados aos quilombolas, algumas metodologias, conceitos e técnicas de percepção e representação do espaço também foram aprimoradas, colocando em um patamar superior as investigações, definições e proposições para conhecer, gerir, preservar e planejar um espaço. A resposta do problema deste trabalho estava em unir a metodologia do etnomapeamento com as ferramentas disponíveis de geoprocessamento.

Nesse sentido, é importante salientar que o desenvolvimento das tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento têm trazido mudanças significativas para a cartografia moderna, evidenciando o seu confesso papel como ciência aplicada ao reconhecimento territorial e ao desenvolvimento social. “Este fenômeno, de interação entre a cartografia e as novas geotecnologias, tem permitido ao homem ampliar as possibilidades de interpretação do meio ambiente” (ATAIDE apud MARTINS, 2005, p. 4).

Com a atual variedade de técnicas e formas de representação digital, torna-se cada vez mais possível representar o espaço e suas configurações sociais, econômicas e, inclusive, históricas. Ou seja, é possível alinhar variáveis sociais, espaciais e temporais em uma mesma representação espacial. Não há dúvidas que ferramentas que possibilitem essas representações são fundamentais para se conhecer um território quilombola, já que agregam, entre outros, valores históricos, identitários e antropológicos, a espacialização de um meio físico.

Entretanto, trabalhar com geoinformação e desenvolver representações em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), por exemplo, significam, antes de tudo, “utilizar computadores como instrumentos de representação de dados espacialmente referenciados” (CÂMARA apud MONTEIRO, 2004, p. 7). Para isso, alguns métodos de apreensão da forma

espacial e teorias de percepção visual foram desenvolvidos para captar distintas realidades e cenários, é o caso do etnomapeamento, eixo teórico e metodológico da etnocartografia.

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território como forma de representação espacial. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensitivos, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território. Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do etnomapeamento é um “repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem. Se usada como ferramenta de planejamento, pode ainda possibilitar a participação da população tradicional na tomada de decisões”. (ATAÍDE, 2005).

Por conta disso, o projeto desenvolvido seguiu a lógica de que ao se georreferenciar os dados espaciais coletados a partir do etnomapeamento em bases cartográficas que permitam a visualização de diversos aspectos do território, é possível criar um cadastro das informações geográficas, e diversos mapas temáticos capazes de auxiliar a preservação e o planejamento do espaço, construído junto com a comunidade. O etnomapeamento foi a garantia de colocar os quilombolas no centro de todo esse processo, do cadastramento até o empoderamento comunitário das cartas geográficas e dos projetos gerados.

A PRÁTICA TEÓRICA E METODOLÓGICA: O SEGUNDO PASSO

Primeira etapa: aproximação com a comunidade e assessorias

Como mencionado anteriormente, a comunidade Quilombola de Rio dos Macacos registra uma história de violência e opressão sofrida, em grande parte, por ações diretamente ligadas a representantes da Marinha do Brasil. O conflito territorial colocou marcas da intolerância, da desconfiança e do medo no cotidiano comunitário. A atual situação é de fragilidade, o que exigiu – e segue exigindo – um trabalho de sensibilidade maior dos técnicos e profissionais que interveem no território.

No entendimento comum da equipe de trabalho, os homens são seres que tem como vocação ontológica a sua humanização. Paulo Freire aponta a necessidade de ser o educador “um companheiro dos educandos”, no caso específico da residência, o técnico (residente) precisa ser companheiro dos moradores. Nesses termos, a relação técnico-morador não deve ser construída como se o técnico fosse o “dono do saber”, e os moradores apenas receptáculos desta técnica. (FREIRE, 2011, p.93).

Ao considerarmos a residência como um passo importante no cenário da assistência técnica, não se deve rejeitar o seu caráter educativo no processo de assistência às comunidades, devemos buscar, portanto, em nossas intervenções uma libertação autêntica dos grupos humanos envolvidos (tanto técnicos, como moradores), entendendo-os os quilombolas como sujeitos da assistência técnica e não meros objetos. Propusemos algo como “Assistência técnica problematizadora e libertadora”, nos moldes estabelecidos por Freire (IDEM) no qual, se referindo à educação, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. O fundamento dessa concepção é que o “técnico já não é o que impõe a técnica, mas enquanto desenvolve o trabalho, é educado, em diálogo com os moradores que, ao entrarem em contato com a técnica também educam.” Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo.

No caso específico, já existiam metodologias com as quais a comunidade se identificava, como as reuniões ampliadas em círculo, teatro de rua, dança, memoriais da trajetória de luta etc. Outras metodologias como a técnica do mapa mental, roda de escuta, diálogo, biomapas, entre outras foram utilizadas e desenvolvidas no sentido de fortalecer o empoderamento comunitário quilombola de sua cultura e de seu território. No processo de aproximação com a comunidade e suas lideranças foi indispensável o contato e a articulação com organizações que já desenvolvem atividades com a comunidade, destacando-se a relação estabelecida com a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia e a Comissão Pastoral de Pescadores.

Segunda etapa: mapeamento e reconhecimento territorial

Os mapeamentos foram realizados para aproximar a equipe com a comunidade e o seu território, subsidiando tecnicamente o desenvolvimento dos produtos individuais que iriam ser

entregues. Foi realizada uma pesquisa com o objetivo de compreender melhor as relações da cartografia, mapeamento e territorialidade quilombola, tendo como referência o trabalho do geógrafo Rafael Sanzio de Araújo do Anjos sobre cartografia quilombola.

Para Sanzio (2006), a terra constitui a base geográfica fundamental da manutenção da comunidade e coletividade. Nesse sentido a territorialidade se apresenta como um esforço coletivo do grupo social para firmar a sua ocupação, manter seu ambiente e definir o território. Dentro deste conceito estão agregados sentimentos de apropriação de uma porção do espaço, assim como seu limite, a sua fronteira. Individual ou coletivo a apropriação do espaço pode não possuir limites necessariamente físicos, mas até onde a comunidade possui influência. Outro componente relevante é a gestão e manutenção do território, este em si é um fato espacial e social, secularmente atrelado a uma dimensão política, permeado de identidade, com referências culturais e simbólicas da população, grupo ou comunidade. Desta forma o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento ao território com uma origem comum. Os mapas produzidos, principais produtos da cartografia, buscariam, então, representações e interpretações gráficas do mundo real, e funcionariam com um instrumento para auxiliar na busca de um conhecimento espacial.

Como mencionado anteriormente, por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta teórica e metodológica de captação de dados espaciais, e fora intensamente utilizada pela equipe no desenvolvimento dos trabalhos. A partir da confecção dos etnomapas, visitas a campo foram realizadas para marcar os pontos e as coordenadas geográficas dos locais descritos nas cartas produzidas. Para tal efeito, o envolvimento comunitário foi fundamental nessas visitas, muito por conta do conhecimento territorial e histórico que possuem. Nessas visitas a campo, os pontos foram registrados através de equipamentos com *Global Position System* (GPS). Vale ressaltar que para além da marcação de pontos dentro do território, o entorno também foi percorrido por conta do objetivo de se ter um cadastramento dos equipamentos relacionados com a infraestrutura urbana e social disponível nas proximidades da comunidade.

Dentre os usos demarcados em GPS, quase trezentos pontos foram nomeados e introduzidos na base cartográfica do quilombo. Ao final desse processo, todos os dados coletados refletiram na construção de uma base cartográfica (revisada junto com a

comunidade), que compreendia mapas temáticos (produzidos no QuantumGIS), cadastramento de infraestrutura urbana e social no entorno e as etnocartas georeferenciadas que refletem o conhecimento sensitivo da comunidade sobre o território. Por fim, foi feita a sistematização dos dados obtidos em campo, consolidando essa etapa na geração de um “Relatório de Síntese e Diagnóstico do Quilombo Rio dos Macacos”, bem como, na elaboração de mapas sínteses sobre o território. Esse material produzido foi fundamental para o entendimento do território e para a elaboração dos trabalhos individuais que seriam desenvolvidos, sendo recepcionado pela comunidade de maneira muito positiva.

Terceira etapa: desenvolvimento da proposta individual de assistência à comunidade

A partir das análises realizadas coletivamente, cada profissional pôde então, dentro da sua especialidade, dialogar diretamente com a comunidade para a definição dos produtos específicos para a conclusão do processo de Assistência Técnica. Muito importante frisar, que a relação construída com a comunidade durante todo o processo de aproximação, reconhecimento e mapeamento, confluiu naturalmente para a união de ideias e intenções nesta última etapa, sendo que os projetos desenvolvidos foram “exatamente o que nós, comunidade, estávamos pensando”.

Através de oficina realizada intitulada de “O que queremos do Urbanista”, ficou nítido a gama gigantesca de necessidades que essa comunidade, cerceada historicamente de direitos sociais e ações do poder público, possuía. Diante disso, e a partir da sensibilidade técnica, ficou decidido, de maneira participativa e colaborativa, que o profissional residente faria uma espécie de “plano inicial” para a organização territorial.

Nesse sentido, foi construído, através de novas oficinas e reuniões, um “plano” inicial de Gestão, Preservação e Planejamento do território quilombola de Rio dos Macacos, apresentado em dezembro de 2014 na FAU/UFBA. O objetivo da construção desse plano consistiu em fortalecer o atual cenário em que a comunidade se encontra, fornecendo aos mesmos um instrumento que impulse as perspectivas de desenvolvimento econômico e social, com base nas tradições quilombolas. Nesse sentido esse “plano inicial de diretrizes” funcionaria como um catalisador e um impulsionador dessa demanda, já que o mesmo reúne

boa parte da “pauta” dispersa das necessidades e exigências da comunidade para com o poder público.

Esse projeto seguiu a orientação de alguns eixos que foram captados a partir das necessidades relatadas durante as reuniões e oficinas de construção da proposta. O mesmo fora entregue a comunidade, e se hierarquizou nos seguintes níveis de diretrizes: a) Diretrizes preliminares de organização coletiva; b) Diretrizes preliminares de atividades e espaços coletivos (sociais e econômicos); c) Diretrizes preliminares de habitação; d) Diretrizes preliminares de macro e micro acessibilidade e segurança territorial; e) Diretrizes de acesso aos recursos naturais do território, e desenvolvimento produtivo.

O material desenvolvido, arquivado na Faculdade de Arquitetura da UFBA e entregue para a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos, juntamente com as mídias, mapas e documentos informalmente elaborados constitui uma base de dados quali-quantitativos capazes de subsidiar o desenvolvendo do plano final de diretrizes territoriais do quilombo. Por conta disso, o projeto contou, também, com um Termo de Referência para a concretização e o financiamento do Plano Final, com orçamento de pessoal e serviços técnicos necessários para o desenvolvimento do mesmo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Inicialmente cabe ressaltar a importância do projeto desenvolvido pela relevância que o tema tem alcançado no atual cenário de desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender e discutir as necessidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Do ponto de vista territorial, considerando o reconhecimento e a titulação de terras aos grupos remanescentes de quilombo, cabe reforçar que ainda estamos diante de um estágio inicial dessa política de reparação social, existindo assim, um longo caminho a ser percorrido, o que reforça e impulsiona a iniciativa de estudos e elaborações sobre o tema.

Apesar de estarmos em um estado inicial, alguns estudos produzidos já demonstraram ser eficientes no objetivo de contribuir para o processo de titulação de terras, propondo metodologias, análises e diretrizes que fundamentem a ação de órgãos públicos e programas sociais afeto aos quilombolas. Essa contribuição decisiva fortalece a necessidade de elaborar e propor elementos sobre o tema, principalmente diante da especificidade do Quilombo Rio dos

Macacos, que envolve a ocupação de uma comunidade quilombola em uma área militar. Sobre isso, o desenvolvimento do projeto técnico auxiliou no preenchimento dessa lacuna bibliográfica e literária.

Enquanto método pode-se concluir que o Etnomapeamento e seus instrumentos de percepção sensitiva e memorial, junto com técnicas rudimentares de mapeamento e livre desenho de fato coloca o profissional/técnico e o grupo étnico no mesmo patamar de elaboração e entendimento do projeto, sendo um método fundamental no trabalho envolvendo comunidades quilombolas. Na experiência desenvolvida, era nítido o total conhecimento territorial que a comunidade possui de seu espaço, bem como, as atividades que ali foram, e podem vir a ser, desenvolvidas. Apesar de possuírem um limitado conhecimento técnico, suas percepções e lembranças históricas são extremamente relevantes para qualquer proposição que venha a ser desenvolvida no território quilombola. Se a metodologia desenvolvida demonstrou ser a acertada, o processo de georeferenciamento das informações coletadas foi fundamental para se chegar a uma caracterização mais precisa em relação ao território quilombola. A base cartográfica gerada foi facilmente absorvida e interpretada pela comunidade, que de fato enxergaram nos mapas aquilo tudo que eles haviam mapeado. Todo esse trabalho serve hoje, inclusive, como base de contestação dos próprios quilombolas em relação às polêmicas com a Marinha e o Governo Federal em relação à titulação do território e o processo de regularização fundiária, que segue em curso.

Nesse sentido, do ponto de vista inerente ao quilombo Rio dos Macacos, o projeto contribuiu e segue contribuindo com o atual cenário que o mesmo está inserido. O trabalho participativo, baseado no etnomapeamento e no auxílio técnico de instrumentos de geoprocessamento, apresentou para a comunidade uma nova ótica de se observar o seu território, fazendo com que a área seja mais empoderada e compreendida pelos mesmos, tornando-os extremamente habilitados para poder, sobretudo tecnicamente, tomar decisões referentes à organização e o planejamento de seu espaço.

Por fim, destaca-se o papel da RAU+E do PPGAU/UFBA. O estabelecimento da relação entre o saber técnico-científico e o conhecimento tradicional, popular e comunitário é um desafio fundamental para que se possam obter bons resultados em um planejamento que venha a envolver comunidades segregadas espacialmente e socialmente. A aproximação sensível com a comunidade, o projeto desenvolvido enquanto assistente técnico, o olhar

crítico enquanto técnico-pesquisador e o grande arcabouço de dados quali-quantitativos produzidos inspiraram a construção desse artigo, esperando que inspire novas intervenções técnicas e multidisciplinares junto a trabalhos envolvendo comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Cartografia e Quilombolos: territórios étnicos africanos no Brasil**. Africana Studia, São Paulo, 2006.

ATAIDE, Marcos Sebastião. **Aplicações da Etnocartografia**. 2005. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Universidade Federal de Manaus, Manaus, 2005.

ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz U. **A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão**. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. **Fundamentos do Geoprocessamento: Conceitos Básicos em Ciência da Geoinformação**. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap2-conceitos.pdf>. Capturado em 04/05/2015 às 14:07 horas.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, São Paulo, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. Salvador, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e Racismo**. IN: RATTIS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. **Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos**. Residência AU+E. PPGAU/UFBA, 2014.

SCHMITT, Alessandra. **A Atualização do Conceito Quilombola: Identidade e território nas questões teóricas**. *Ambiente&Sociedade*, Ano V, N°10, 2002.